

# Empresários querem tirar excessos da Constituinte

BRASÍLIA — Está em marcha uma ponderosa articulação empresarial, visando eliminar, do texto da nova Constituição, uma série de extravagâncias incluídas na primeira fase de votação. Ontem, foi dada a partida na desmontagem daquilo que os empresários consideram *demagógico e eleitoreiro*, segundo a conceituação dada por Luís Eulálio de Bueno Vidigal, presidente da seção brasileira do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos e 1º vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Tendão como pano de fundo a 11ª reunião plenária do Conselho, os empresários deixaram claro o descontentamento com a redução da carga horária de trabalho de 44 horas, a concessão da licença-paternidade, a liberalidade da nova legislação referente à greve e, principalmente, a aprovação de um conjunto de benefícios sociais que resultarão, inevitavelmente, no aumento da carga tributária.

"Não estamos aqui para influenciar a Constituição do Brasil", disse Paul Oreffica, presidente da seção norte-americana do Conselho e *chairman* da Dow Chemical. "Por acaso, a nossa reunião está se realizando neste momento", acrescentou. Durante uma rápida entrevista, no final da tarde, argumentou, contudo, que as restrições impostas pelos constituintes à mineração "são ruins para o Brasil". Ele considerou que a Constituinte representa "um imponderável, uma influência que ainda não é definitiva".

Três parlamentares de tendência moderada (senador Jarbas Passarinho e deputados Ricardo Fiúza e Francisco Dornelles) debateram com os empresários, na parte da manhã. Para o senador paraense, o Brasil está vivendo um período de "muita liberdade e pouca autoridade", enquanto o ex-ministro Ângelo Calmon de Sá, presidente do Banco Econômico, comentou que "tem que haver muita luta no segundo turno" para evitar a inserção definitiva de diversas barbaridades na nova Constituição.

Fiúza (PLF-PE), um dos principais líderes do Centrão, admitiu a existência de *algumas aberrações*, como o tabelamento de juros e o turno de 6 horas, mas salientou que, agora, "o clima do plenário tende a ser menos emocional". Para Fiúza, não se deve mexer na licença-maternidade de 120 dias, concentrando-se o trabalho de convencimento na anulação da licença-paternidade de oito dias. O senador Jarbas Passarinho responsabilizou o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, pela aprovação do benefício aos pais. O ex-ministro Dornelles (PFL-RJ) enfatizou: "tem que haver uma mobilização completa, selecionando os pontos".

O ministro Maílson da Nóbrega disse que não existe impasse entre as últimas decisões do Governo, na área industrial, e a Constituinte, complementando que *algumas extravagâncias* poderão ser revistas. Na sua opinião, a emenda que pretende anistiar empresários dos empréstimos contraídos durante o Plano Cruzado é um exemplo típico de desinformação. "O constituinte que apóia essa emenda acha que está fazendo um bem à economia nacional, mas está fazendo um mal. É uma sandice, do ponto-de-vista econômico, e uma grande jogada, do ponto-de-vista político".

Se depender da vontade de alguns integrantes do primeiro time do empresariado brasileiro, não existe mais espaço para o projeto das zonas de processamento de exportação (ZPE), após a oficialização da nova política industrial. "A ZPE sempre foi totalmente inviável para um país como o Brasil e sua implantação seria verdadeiro desastre entre nós, considerando a existência de um virtual câmbio duplo, que é a nossa realidade do paralelo", afirmou Norberto Ingo Zadrozny, presidente da Associação dos Exportadores Brasileiros (AEB).